

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CRIADA ATRAVÉS DO REQUE-RIMENTO N° 1, DE 2007 – CD, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS, CON-SEQÜÊNCIAS E RESPONSÁVEIS PELA CRISE DO SISTEMA DE TRÁFEGO AÉREO BRASILEIRO, CHAMADA DE “APAGÃO AÉREO”, DESENCADEADA APÓS O ACIDENTE AÉREO OCORRIDO NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2006, ENVOLVENDO UM BOEING 737-800, DA GOL (VÔO 1907) E UM JATO LE-GACY, DA AMÉRICA EXCELAIRE, COM MAIS DE UMA CENTENA DE VÍTI-MAS

**REQUERIMENTO N°
(Do Sr. Gustavo Fruet)**

Requer informações à INFRAERO

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do § 3º do artigo 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que seja solicitado à INFRAERO cópia da Ata e Lista de Presença da reunião do Conselho Administrativo realizada no dia 09 de abril de 2007, por conter o relato de decisões que são objeto desta CPMI.

JUSTIFICAÇÃO

As informações solicitadas tornam-se imperiosas para esclarecer fatos de interesse desta CPMI, tendo em vista o publicado no “Jornal do Brasil” de 10/04/2007, pág. A3:

“Infraero afasta quatro suspeitos de corrupção

Lorena Rodrigues

BRASÍLIA.O Conselho Administrativo da Infraero decidiu ontem afastar quatro funcionários da estatal suspeitos de participar de contratações irregulares de serviços e concessão de áreas à iniciativa privada sem licitação. Por recomendação da Controladoria Geral da União (CGU), foram afastados o diretor comercial da Infraero, José Wellington Moura, o superintendente de Planejamento e Gestão, Fernando Brendaglia, e os assessores jurídicos Napoleão Guimarães Neto e Márcia Gonçalves Chaves - todos nomeados durante a gestão do deputado federal Carlos Wilson (PT-PE) à frente da estatal.

- Nenhuma dessas pessoas foi condenada ainda, mas também não podemos passar a mão na cabeça do erro - declarou o presidente da Infraero, brigadeiro José Carlos Pereira. - A sociedade pede uma resposta forte.

De acordo com o brigadeiro, existem mais de 100 auditorias

*788050B940
788050B940

***788050B940**

envolvendo a estatal no Tribunal de Contas da União, Ministério Público e CGU. Ele informou que todas as denúncias serão apuradas. O afastamento dos quatro funcionários da Infraero foi aprovado depois de um dia inteiro de reunião do Conselho de Administração da empresa. A recomendação da CGU foi levada ao conselho pelo ministro da Defesa, Waldir Pires, que preside o colegiado e exigiu o afastamento dos suspeitos.

Os conselheiros ponderaram que nenhum dos processos contra os funcionários havia sido concluído - e que o afastamento poderia abrir um precedente para integrantes da estatal investigados. Ainda assim, os outros cinco conselheiros - entre eles o brigadeiro Pereira e dois integrantes da Aeronáutica - votaram a favor do afastamento. O nome dos quatro funcionários aparece em uma auditoria interna da Infraero que investiga irregularidades na assinatura de um contrato de concessão para exploração de um posto de gasolina em uma área da estatal próximo ao Aeroporto de Brasília. O contrato com a Shell foi prorrogado em 2003 por oito anos, depois de ter acabado no ano anterior. A auditoria concluiu que a renovação afrontava a Lei de Licitações e recomendou que a prorrogação do contrato fosse anulada.

Depois de receber a documentação com as investigações sobre o caso, o ministro Waldir Pires pediu que a CGU fizesse uma auditoria. A Corregedoria recomendou a Pires que os quatro funcionários fossem afastados. A CGU pediu ainda que seja determinada a abertura de novo processo licitatório para a concessão da área em que hoje funciona o posto da Shell e que seja instalado procedimento para responsabilizar os responsáveis pela prorrogação irregular.

- As providências serão tomadas amanhã (hoje). Todas essas pessoas serão investigadas - declarou Pereira.

Os funcionários da Infraero afastados também são investigados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) por irregularidades na assinatura de um contrato de R\$ 26,8 milhões para fornecimento de softwares. A Infraero contratou a FS3 Comunicação e Sistemas sem licitação, alegando notória especialização. A empresa tinha sido criada apenas quatro meses antes da assinatura do contrato. Uma filha de José Wellington Moura teria trabalhado na empresa.

Sala da Comissão, 19 de junho de 2007.

**Deputado GUSTAVO FRUET
PSDB/PR**

788050B940